

EVOLUÇÃO DA COBERTURA DO SISTEMA DE VIGILÂNCIA ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM MUNICÍPIOS DO ESTADO DE GOIÁS QUE RECEBERAM O FINANCIAMENTO FEDERAL PARA AÇÕES DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO ENTRE 2019 E 2023

EVOLUTION OF THE COVERAGE OF THE FOOD AND NUTRITION SURVEILLANCE SYSTEM IN MUNICIPALITIES IN THE STATE OF GOIÁS THAT RECEIVED FEDERAL FUNDING FOR FOOD AND NUTRITION ACTIONS BETWEEN 2019 AND 2023.

André Luís Oliveira **Pacheco**¹, Emanuel Oliveira **Silva Filho**², Nágila Araújo de **Carvalho**³, Liana Lima **Vieira**⁴, Mariana Martins **Moreira**⁵, Maria do Rosário Gondim **Peixoto**⁶

RESUMO

Introdução: As mudanças nos padrões alimentares no Brasil, com aumento de 35% no consumo de ultraprocessados nas últimas décadas, têm contribuído para o avanço das doenças crônicas, tornando essencial o monitoramento nutricional para orientar políticas públicas eficazes. **Objetivo:** Avaliar a evolução dos registros de estado nutricional e de consumo alimentar da população de municípios goianos beneficiados com o financiamento federal para ações de alimentação e nutrição (FAN) entre 2019 e 2023. **Metodologia:** Estudo ecológico de série temporal entre os anos de 2019 e 2023. Os dados do estado nutricional e do consumo alimentar da população dos municípios foram obtidos através das informações cadastradas no Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN). **Resultados:** Em 2019, o número de registros de estado nutricional passou de 374.470, para 1.207.374 em 2023. O registro de consumo alimentar passou de 8.930 em 2019 para 109.461 em 2023. Após uma queda em 2020, os dados mostraram recuperação nos anos seguintes, com avanços notáveis em 2022 e 2023. O município de Novo Gama destacou-se com aumento de 593 vezes no registro do consumo alimentar e 3,45 vezes no estado nutricional, refletindo 7,26% e 36,58% da população, respectivamente. Aparecida de Goiânia também apresentou aumentos expressivos, mas os registros ainda são baixos em relação à população total. **Conclusão:** Observou-se maior aumento nos registros de estado nutricional em comparação aos registros do consumo alimentar, o que indica uma melhoria nos registros de dados, possivelmente decorrente do incentivo financeiro recebido.

PALAVRAS-CHAVE: Consumo alimentar; Estado nutricional; Sistemas de Vigilância em Saúde Pública; Vigilância nutricional.

ABSTRACT

Introduction: Changes in dietary patterns in Brazil, with a 35% increase in the consumption of ultra-processed foods in recent decades, have contributed to the rise in chronic diseases, making nutritional monitoring essential to guide effective public policies. **Objective:** To evaluate the evolution of nutritional status and food consumption records of the population of municipalities in Goiás benefiting from federal funding for food and nutrition actions (FAN) between 2019 and 2023. **Methodology:** Ecological time series study from 2019 to 2023. Data on the nutritional status and food consumption of the population of the municipalities was obtained from information registered in the Food and Nutrition Surveillance System (SISVAN). **Results:** In 2019, the number of records of nutritional status rose from 374,470 to 1,207,374 in 2023. Food consumption records rose from 8,930 in 2019 to 109,461 in 2023. After a drop in 2020, the data showed a recovery in the following years, with notable advances in 2022 and 2023. The municipality of Novo Gama stood out with a 593-fold increase in food consumption records and a 3.45fold increase in nutritional status, reflecting 7.26% and 36.58% of the population, respectively. Aparecida de Goiânia also showed significant increases, but the records are still low in relation to the total population. **Conclusion:** There was a greater increase in nutritional status records compared to food consumption records, which indicates an improvement in data records, possibly due to the financial incentive received.

KEYWORDS: Food consumption; Nutritional status; Public Health Surveillance Systems; Nutritional surveillance.

INTRODUÇÃO

A alimentação é reconhecida como um dos principais determinantes e condicionantes da saúde, conforme estabelecido pela Lei nº 8.080/1990, que regulamenta o Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil¹. Esse entendimento foi fortalecido pela inclusão da alimentação como direito constitucional desde 2010, bem como pelas diretrizes da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), que orienta ações no âmbito do SUS, visando à promoção da saúde e à prevenção de doenças por meio da alimentação adequada e saudável².

O Brasil tem vivenciado, nas últimas décadas, um processo de transição nutricional, marcado por profundas transformações no perfil de saúde da população^{3,4}. Entre as décadas de 1970 e início dos anos 2000, o país enfrentou o predomínio da desnutrição e de doenças infecciosas, sobretudo em populações mais vulneráveis^{3,4}. A partir dos anos 2000, o crescimento econômico e a urbanização trouxeram melhorias nas condições de vida da população, mas também resultaram no aumento expressivo das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), em razão de mudanças nos padrões alimentares e no estilo de vida⁵⁻⁷.

Esse cenário se expressa pela chamada dupla carga de má nutrição, que combina desnutrição, obesidade e carências de micronutrientes. Dados recentes da Vigilância e Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (Vigitel), em 2023, apontam que 55,7% dos adultos brasileiros estão com excesso de peso, enquanto apenas 34,2% consomem frutas e hortaliças regularmente, o que evidencia um padrão alimentar incompatível com as recomendações de saúde pública^{3,7}. Uma das principais causas desse panorama é o aumento de 35% do consumo de alimentos ultraprocessados, que, entre 2002-2003 e 2017-2018, aumentou de 14,3% para 19,4% na dieta da população brasileira. No mesmo período, o consumo de alimentos in natura ou minimamente processados reduziu de 51% para 48,7%, o que indica uma mudança na qualidade da alimentação dos brasileiros^{7,8}. Essa tendência também é observada no estado de Goiás e impacta diretamente os indicadores de saúde e contribui para o crescimento das DCNT na região⁹.

Nesse contexto, torna-se essencial o fortalecimento das ações de vigilância alimentar e nutricional (VAN), que permitiu monitorar os efeitos dessas mudanças nos padrões de consumo alimentar sobre o estado nutricional da população. O Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan) exerce papel estratégico no SUS, fornecendo dados sobre estado nutricional e marcadores de consumo alimentar, que são fundamentais para o planejamento, a gestão e a avaliação de políticas públicas de saúde e nutrição¹⁰. A efetividade dessa vigilância está diretamente relacionada ao apoio financeiro proporcionado pelo Financiamento das Ações de Alimentação e Nutrição (FAN) estabelecido em 2007¹¹, e redefinido pela Portaria nº 1.738¹², que destina recursos financeiros para apoiar ações de alimentação e nutrição no SUS. Por meio da Portaria 1.723/2023 o Ministério da Saúde (MS) habilitou municípios com população acima de 30 mil habitantes a receberem os recursos financeiros¹³. Esses recursos visam apoiar as secretarias de saúde dos estados, do Distrito Federal e dos municípios na promoção de ações relacionadas a práticas alimentares adequadas e saudáveis, à VAN e à organização de linhas de cuidado nas redes de atenção à saúde^{14,15}.

Para os 40 municípios goianos que receberam o FAN em 2023, o Sisvan desempenhou um papel estratégico no fornecimento de dados nutricionais da população. Através dele, é possível obter informações sobre a prevalência de má nutrição (magreza/baixo peso, sobrepeso e obesidade), bem como sobre os hábitos alimentares da população^{10,14}. O monitoramento do FAN foi iniciado em 2021 com acompanhamento dos registros de estado nutricional e consumo alimentar pelo MS para os municípios que recebiam o financiamento¹³. O fortalecimento da informatização do sistema de registros, como o e-SUS APS, tem possibilitado um acompanhamento mais eficaz das iniciativas implementadas, permitindo uma análise mais detalhada dos investimentos e dos resultados alcançados. Segundo estudos do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS), a boa gestão financeira é imprescindível para a eficácia das políticas de saúde e nutrição¹⁶.

Dessa forma, a crescente influência dos ultraprocessados e o agravamento dos indicadores nutricionais reforçam a importância de sistemas robustos de vigilância, associados a investimentos consistentes. Neste cenário, este estudo teve como objetivo avaliar o número de indivíduos com registros de estado nutricional e marcadores de consumo alimentar no Sisvan, provenientes dos municípios goianos que receberam o FAN entre 2019 e 2023. Essa análise é importante para incentivar a formulação de ações ou estratégias que promovam uma alimentação mais adequada e saudável, maximizando os benefícios dos investimentos realizados e contribuindo para o bem-estar da população.

METODOLOGIA

Estudo de delineamento ecológico de série temporal que analisou os dados, no período de 2019 a 2023, agregados por municípios do estado de Goiás que receberam o FAN em 2023¹³. Para a obtenção dos dados sobre o estado nutricional e consumo alimentar da população foram utilizadas as informações cadastradas na base de dados do Sisvan (Sisvan Web) do MS. Os dados de cobertura do estado nutricional e do consumo alimentar foram coletados a partir dos relatórios de produção

em 06/09/2024¹⁰, referente aos anos de 2019 a 2023. Dessa forma, os registros foram apresentados em valores absolutos, representando a quantidade de indivíduos avaliados no período supracitado. Os filtros utilizados para a coleta dos dados no Sisvan Web foram os seguintes: "relatório", sendo selecionado "produção". Para o estado nutricional, "selecionar relatório", tipo de relatório; "relatório de cobertura geral", os anos escolhidos foram de 2019 a 2023 e, em seguida, mês de referência "todos". Em "agrupar por" foi selecionado "município", em Estado selecionou-se "GO" e, em municípios, selecionou-se "todos". Na aba "filtros", "acompanhamentos registrados" e "todos".

Para o consumo alimentar, os filtros utilizados para coleta de dados foram: tipo de relatório "relatório de cobertura", em ano de referência foram escolhidos de 2019 a 2023 e em seguida, mês de referência "todos". Agrupar por "município" e, em "Estado" foi selecionado "GO". Em municípios, selecionou-se "todos". Na aba "filtros", em "acompanhamentos registrados" selecionou-se "todos".

Os dados foram analisados utilizando procedimentos estatísticos descritivos por meio do *software* Stata versão 12.0. Os dados foram apresentados em valores absolutos e relativos. As tabelas foram geradas no programa *LibreOffice Calc*, versão 2023. Para a apresentação da cobertura do estado nutricional e consumo alimentar dos últimos cinco anos, 2019 a 2023, referente à quantidade de avaliados dos municípios do estado de Goiás, foram elaborados gráficos de evolução temporal pelo programa Planilhas Google.

RESULTADOS

Os dados referentes aos indivíduos avaliados entre os anos de 2019 e 2023 nos municípios goianos revelam um aumento no número de registros tanto para o estado nutricional quanto para consumo alimentar. Em 2019, foram registrados o total de 374.470 dados de estado nutricional, número que triplicou em 2023. Entre 2019 e 2023, o número de registros de consumo alimentar aumentou consideravelmente, passando de 8.930 indivíduos para um valor aproximadamente 12 vezes superior em 2023. Esse aumento foi contínuo, exceto em 2020, quando houve uma queda (Tabela 1).

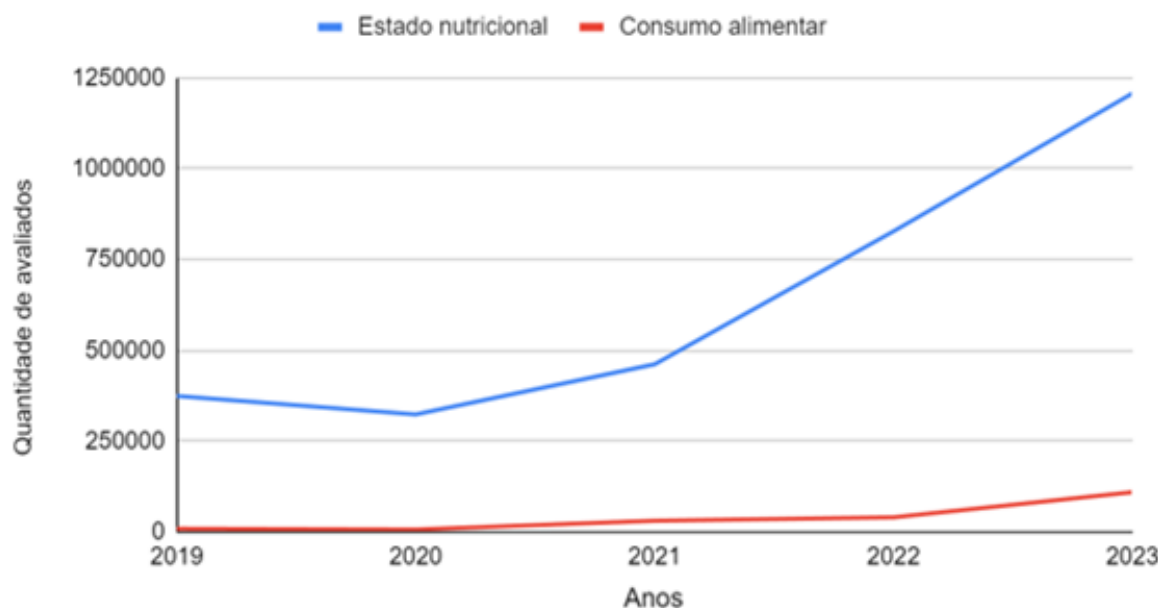
Tabela 1. Registro do estado nutricional e do consumo alimentar entre os anos de 2019-2023.

Variáveis	Número de registros				
Ano	2019	2020	2021	2022	2023
Estado nutricional	374.470	323.225	461.651	827.749	1.207.374
Consumo alimentar	8.930	6.804	30.869	40.252	109.461

Fonte: SISVAN, 2019-2023.

A Figura 1 sintetiza a evolução da série histórica de 2019 a 2023; observou-se uma diminuição de 1,15 vezes do estado nutricional e 1,3 vezes no consumo alimentar entre os anos de 2019 e 2020. No ano de 2021, o total de registros do estado nutricional aumentou cerca de 1,2 vezes, e o consumo alimentar também aumentou cerca de 3,4 vezes em relação a 2019. Em 2022, os dados mostraram um avanço ainda mais significativo, sendo que o total de registros do estado nutricional dobrou e do consumo alimentar triplicou comparados a 2019. Já, em 2023, os registros do estado nutricional triplicaram, e houve um aumento importante no consumo alimentar, cerca de doze vezes, quando comparado com a linha de base (2019).

Figura 1. Registro da quantidade de indivíduos avaliados entre os anos 2019-2023 em relação ao estado nutricional e consumo alimentar.



Fonte: SISVAN, 2019-2023.

Ao avaliar o total de registros dos municípios, observou-se uma redução no ano de 2020 e um aumento progressivo nos demais anos, tanto para estado nutricional quanto para consumo alimentar. Entretanto, os registros de consumo alimentar foram bem inferiores aos de estado nutricional, e estavam inclusive zerados em vários municípios ao longo dos anos (Tabela 2).

Na série histórica avaliada, seis municípios apresentaram aumento constante nos registros de estado nutricional (Anápolis, Cidade Ocidental, Goiânia, Goiatuba, Mineiros e Valparaíso de Goiás). Vinte e dois municípios tiveram aumento nos registros de estado nutricional, exceto no ano de 2020. Seis municípios tiveram aumento constante nos registros de consumo alimentar, com exceção do ano de 2020 (Anápolis, Jaraguá, São Luís de Montes Belos, Senador Canedo, Trindade e Valparaíso). Dentre os anos da série observada, três municípios (Novo Gama, Planaltina e Santo Antônio do Descoberto) tiveram aumentos, tanto nos registros de estado nutricional quanto do consumo alimentar, de forma constante no período avaliado (Tabela 2).

Vale destacar que, entre os anos de 2019 e 2023, o município de Novo Gama teve um aumento de 593 vezes no registro do consumo alimentar, Aparecida de Goiânia registrou aumento de 206 vezes, Jaraguá 167 vezes e Planaltina 159 vezes. Quanto ao aumento no registro do estado nutricional, Aparecida de Goiânia aumentou cerca de 28 vezes, Goiânia quase 10 vezes, Iporá aumentou quase 6 vezes e Nerópolis, Niquelândia e Quirinópolis aumentaram 5 vezes cada, Goiatuba com quase 4,6 vezes e Anápolis aumentou 3,65 vezes (Tabela 2).

O município de Novo Gama foi o que mais se destacou quanto ao registro de consumo alimentar, um aumento expressivo de quase 600 vezes, refletindo uma cobertura de quase 8 % da população. Enquanto Novo Gama teve um aumento de 3,45 vezes nos registros de estado nutricional (cobrindo 36% da população), Goiatuba alcançou o mesmo percentual de cobertura, mas com um crescimento quase cinco vezes maior no número de avaliações. Em Aparecida de Goiânia, apesar de ter bons indicativos de aumento nos registros de estado nutricional e de consumo alimentar, ainda é muito baixo em relação à sua população (Tabela 2).

Tabela 2. Número de registros referentes ao estado nutricional e ao consumo alimentar por município, de 2019 a 2023, Goiás.

Município	População do município 2022 ⁸	Estado Nutricional						Consumo Alimentar					
		Número de avaliados/ano											
		2019 [#]	2020	2021	2022	2023	Cobertura %	2019 [#]	2020	2021	2022	2023	Cobertura %
Águas Lindas de Goiás	208.892	31337	20809	26801	51437	62939	30,13	246	126	1027	640	424	0,20
Anápolis	393.417	23728	25078	44408	72248	86610	22,01	589	10	2178	9340	20729	5,27
Aparecida de Goiânia	500.760	4118	4030	7354	5198	114759	22,92	12	6	4	94	2474	0,49
Bela Vista de Goiás ¹	33.912	4849	3569	1385	5198	5259	15,51	2	0	0	58	22	0,06
Caldas Novas	93.483	8791	5715	6937	14488	24988	26,73	194	263	0	169	208	0,22
Catalão	110.612	5046	4203	6108	10076	13892	12,56	0	1	1	0	257	0,23
Cidade Ocidental	84.581	8941	9369	11584	15418	16290	19,26	0	0	0	110	1480	1,75
Cristalina	58.940	5959	6635	6206	13148	16113	27,34	12	0	3	0	12	0,02
Formosa	112.542	11556	3509	3869	6673	10244	9,10	4	53	36	17	4	0,00
Goianésia	73.201	3641	2800	5099	8666	10990	15,01	23	40	9	18	25	0,03
Goiânia	1.414.483	21217	41082	109447	143450	205471	14,52	1	0	8697	21	48	0,00
Goianira	69.511	14012	7037	9163	24937	30584	44,00	0	0	0	0	763	1,10
Goiatuba	36.936	3096	3769	4338	10933	14296	38,70	517	1955	3759	2492	1814	4,91
Inhumas	53.315	14269	11701	19815	22039	24654	46,24	920	683	3808	2748	1783	3,34
Iporá*	35.284	1116	3167	2761	5451	6432	18,23	0	0	0	0	72	0,20

Itaberaí	47.016	6744	2635	3891	13663	14978	31,86	0	0	0	53	2392	5,09
Itumbiara	113.838	16197	9608	13732	24304	25902	22,75	0	130	693	238	729	0,64
Jaraguá	43.928	5405	3051	2815	5449	9855	22,43	33	0	260	661	5500	12,52
Jataí	104.656	6081	4695	7953	15236	21532	20,57	0	18	0	0	1079	1,03
Luziânia	196.416	24280	13431	17852	37496	53806	27,39	0	129	72	1	57	0,03
Minaçu ²	26.994	3744	1981	3461	4972	4664	17,28	0	0	0	579	134	0,50
Mineiros	71.108	9137	12416	17962	24797	28840	40,56	1483	277	4236	3377	5287	7,44
Morrinhos	49.965	6660	3679	3633	10410	14216	28,45	0	0	0	0	40	0,08
Nerópolis ¹	33.898	2055	1003	3633	8695	10745	31,69	2264	2733	1741	78	741	2,18
Niquelândia	35.609	2868	831	676	5613	14110	39,62	159	2	1741	0	16	0,04
Novo Gama	97.976	10379	3818	11278	24108	35839	36,58	0	12	243	4797	7115	7,26
Padre Bernardo [*]	34.314	3387	782	1148	4196	11202	32,65	42	0	51	25	764	2,23
Palmeiras de Goiás ³	32.004	1950	957	1226	2124	3229	10,09	6	0	0	0	0	0,00
Pires do Rio [*]	33.193	2755	3220	2526	4440	5680	17,11	20	25	0	813	1195	3,60
Planaltina	108.846	11239	3935	15801	21091	22440	20,62	16	58	63	281	2543	2,34
Porangatu	44.061	8204	3386	4054	10699	13870	31,48	1233	942	953	763	916	2,08
Posse	34.450	7857	4164	5249	9072	10317	29,95	87	26	3	1	225	0,65
Quirinópolis	50.540	4506	3060	5905	16719	22115	43,76	0	0	0	88	635	1,26
Rio Verde	214.607	18702	39814	30990	33939	48433	22,57	439	75	0	1797	10472	4,88
Santa Helena de Goiás	37.193	9863	3703	7442	13329	14693	39,50	0	0	1	0	257	0,69
Santo Antônio do Descoberto	68.654	9280	7704	7978	18154	21284	31,00	0	210	664	4580	6638	9,67
São Luís de Montes Belos	33.279	3025	719	5908	15418	14371	43,18	7	0	6	17	316	0,95
Senador Canedo	153.522	9186	5286	4689	8723	27917	18,18	701	643	1673	3726	8720	5,68
Trindade	149.167	14872	14871	17003	34576	34665	23,24	654	0	128	2062	19608	13,14
Uruaçu	43.728	4317	6554	6330	8456	11589	26,50	1490	1115	551	1169	2785	6,37
Valparaíso De Goiás	196.967	18955	22959	29021	49806	72225	36,67	48	5	9	18	1316	0,67
TOTAL		374470	323225	461651	827749	1207374		8930	6804	30869	40252	109461	

Legenda: ^{*}Repasse financeiro aos municípios recebido no ano de 2019; [†]Repasse financeiro referente ao ano anterior; [‡]Censo IBGE 2022. ¹Bela Vista de Goiás e Nerópolis não receberam recurso em 2019 e 2020; ²Minaçu não recebeu recurso a partir de 2020; ³Palmeiras de Goiás passou a receber recurso em 2023.

Fonte: SISVAN 2019-2023.

DISCUSSÃO

A série histórica de 2019 a 2023 revela um aumento no número de registros do estado nutricional e do consumo alimentar nos municípios do estado de Goiás. Entre os anos avaliados, observou-se que o registro do estado nutricional triplicou e o do consumo alimentar aumentou quase doze vezes. A análise dos dados de estado nutricional e de consumo alimentar nos municípios mencionados revela um panorama diversificado sobre a saúde pública no estado de Goiás. Vale destacar que os municípios de Novo Gama, Planaltina e Santo Antônio do Descoberto registraram, ano após ano, aumento no número de indivíduos avaliados para o estado nutricional e consumo alimentar. Por outro lado, o município de Goiânia, capital do Estado de Goiás, teve baixo registro de consumo alimentar comparado à sua população.

Destaca-se que, até o ano de 2023, os municípios eram contemplados por meio da Portaria nº 1.723/2023, a qual restringia o repasse financeiro de recursos federais a municípios com mais de 30 mil habitantes, o que limitava a participação da maioria dos municípios goianos, cuja população, em grande parte, é inferior a esse quantitativo¹³. No entanto, em 2024, entrou em vigência a nova Portaria GM/MS nº 5.721/2024, cujos critérios foram ampliados, permitindo o repasse de recursos financeiros também para municípios menores. Essa mudança, alinhada à PNAN, representa um avanço para o estado de Goiás¹⁷.

Diante desse cenário, é fundamental considerar os fatores que podem ter influenciado esses resultados, como os avanços nas ações e políticas de alimentação e nutrição do MS e a elaboração dos protocolos do sistema de VAN na assistência à saúde¹⁸. O Programa Bolsa Família também pode ter desempenhado um papel importante nesse aumento, pois dentre as condicionalidades do programa está a realização da VAN de seus beneficiários, o que contribui para o aumento do número de registros e, consequentemente, para melhor compreensão do estado nutricional e do consumo alimentar da população atendida¹⁹. A interação com programas complementares, como o "Crescer Saudável", também pode ter influenciado positivamente o aumento dos registros, pois a operacionalização do programa incentivou a documentação das ações realizadas e contribuiu para o mapeamento mais robusto das necessidades da população²⁰.

Os resultados evidenciam melhoria na cobertura dos registros para a maioria dos municípios com relação ao consumo alimentar, principalmente na região centro-sul do Estado. Esse fenômeno pode ser interpretado à luz de iniciativas locais e políticas públicas que visam aumentar o monitoramento nutricional^{18,21}.

Em 2020, a diminuição dos registros de estado nutricional e consumo alimentar indica um retrocesso que pode estar relacionado a fatores externos, como a pandemia de COVID-19, que prejudicou o acesso a serviços de saúde e nos registros do Sisvan²². Essa situação é corroborada por outros estudos que apontaram que crises na área da saúde podem reduzir a capacidade de monitoramento das condições nutricionais da população²³.

Outro aspecto relevante é a variação nos dados entre os municípios. Embora tenha ocorrido um aumento no número de registros de consumo alimentar e estado nutricional, é essencial considerar o número de habitantes, a infraestrutura local e o acesso a tecnologias de informação e comunicação do município, fatores que podem facilitar ou dificultar esses registros²⁴. Municípios com sistemas de informação bem estruturados podem influenciar positivamente o número de registros e de dados mais abrangentes²⁴.

Além disso, é importante discutir as limitações na coleta de dados. A confiabilidade dos registros depende de múltiplos fatores, como o número reduzido de profissionais de saúde, a falta de treinamento adequado da equipe e a resistência da população em participar²⁵. Dessa forma, estratégias de formação contínua para os profissionais envolvidos são importantes para a melhoria da qualidade dos registros.

O aumento significativo nos registros de estado nutricional e de consumo alimentar em 2021 e 2022 sugere possíveis intervenções em saúde pública, como campanhas de conscientização e melhoria nos serviços de saúde. As diretrizes norteiam a implementação de políticas públicas relacionadas à nutrição, que podem levar a melhorias nas práticas alimentares e no estado de saúde da população². No entanto, a persistência de baixas taxas de registros no consumo alimentar em alguns municípios, como Goiânia, sinaliza a necessidade de uma abordagem mais integrativa, que considere as especificidades locais.

A evolução dos dados em 2023 sinaliza que os registros de estado nutricional vêm crescendo substancialmente, ao passo que os de consumo alimentar ainda enfrenta desafios em determinados municípios. Isso reforça a importância de estratégias contínuas de coleta de dados e capacitação das equipes de saúde para garantir a eficácia das ações nos serviços públicos de saúde²⁵.

O presente estudo reforça que o recurso do FAN deve ser aplicado, garantindo que as ações estejam alinhadas às necessidades nutricionais da população. Destaca-se a importância da promoção de ações de educação alimentar e nutricional para conscientizar a população sobre escolhas alimentares mais adequadas e saudáveis²⁶. Ademais, é essencial que as políticas públicas se concentrem em integrar o financiamento com ações concretas para melhorar o acesso e a oferta de alimentos nutritivos, de modo a favorecer que todas as camadas da população se beneficiem.

Em suma, enquanto os dados refletem avanços promissores na coleta de informações sobre estado nutricional e consumo alimentar, é fundamental considerar as intervenções políticas, as influências externas e a eficácia dos sistemas de registro. As

análises evidenciam que, apesar dos avanços, existem lacunas significativas que precisam ser enfrentadas, especialmente no que tange à coleta e à análise de dados sobre consumo alimentar.

CONCLUSÃO

A análise dos registros do estado nutricional e do consumo alimentar nos municípios de Goiás que receberam o FAN nos anos de 2019 a 2023 revela aumento nos números de registros, tanto para o estado nutricional quanto para o consumo alimentar. Observou-se maior aumento no número de registros do estado nutricional em comparação aos registros de consumo alimentar, ainda que não tenha sido uniforme entre os municípios avaliados. Além do incentivo do recurso do FAN, esse aumento pode refletir influências de outros recursos ou programas existentes. A avaliação sistemática desses registros, apoiada pelo Sisvan, possibilita uma compreensão mais profunda das necessidades e desafios enfrentados pelos municípios goianos. Dessa forma, o recurso é importante para o desenvolvimento de iniciativas que incentivem o registro desses dados, como a manutenção de equipamentos, capacitação de profissionais e aprimoramento dos sistemas de registros.

AFILIAÇÃO

1. Graduação em Nutrição pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Mestrando em Nutrição e Saúde pela Universidade Federal de Goiás (UFG) - Goiânia, Goiás, Brasil. Contato: andrepacheco@discente.ufg.br
2. Graduação em Nutrição pela Universidade Federal de Goiás (UFG) - Goiânia, Goiás, Brasil.
3. Graduação em Nutrição e Mestre em Nutrição e Saúde pela Faculdade de Nutrição da Universidade Federal de Goiás (UFG). Nutricionista da Secretaria de Estado da Saúde de Goiás. Coordenação Estadual de Alimentação e Nutrição - Goiânia, Goiás, Brasil.
4. Graduação em Nutrição pela Faculdade de Nutrição da Universidade Federal de Goiás (UFG). Mestre em Ciências da Saúde pela Universidade Federal de Goiás. Nutricionista da Secretaria de Estado da Saúde de Goiás. Coordenação Estadual de Alimentação e Nutrição - Goiânia, Goiás, Brasil.
5. Graduação em Nutrição pela Universidade Federal de Goiás. Mestre em Nutrição e Saúde pela Universidade Federal de Goiás. Doutoranda em Nutrição e Saúde pela Universidade Federal de Goiás - Goiânia - Goiás - Brasil.
6. Graduação em Nutrição pela Faculdade de Nutrição da Universidade Federal de Goiás (UFG). Mestre em Nutrição Humana Aplicada e Doutora em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo (USP). Professora Titular da Faculdade de Nutrição/UFG - Goiânia, Goiás, Brasil.

ACESSO ABERTO



Este artigo está licenciado sob Creative Commons Attribution 4.0 International License, que permite o uso, compartilhamento, adaptação, distribuição e reprodução em qualquer meio ou formato, desde que você dê crédito apropriado ao(s) autor(es) original(is) e à fonte, forneça um [link](#) para o Creative Commons e indique se foram feitas alterações. Para mais informações, visite o site creativecommons.org/licenses/by/4.0/

REFERÊNCIAS

1. Presidência da República (BR). Casa Civil. Lei n. 8080, de 19 de Setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial da União 19 Set 1990. Brasília: Presidência da República; 1990.
2. Ministério da Saúde (BR), Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Alimentação e Nutrição [Internet]. Brasília: Ministério da Saúde; 2013 [citado em 17 Set 2024]. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_alimentacao_nutricao.pdf
3. Ministério da Saúde (BR), Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Análise em Saúde e Vigilância de Doenças Não Transmissíveis. Vigitel Brasil 2006-2023: vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico: estimativas sobre frequência e distribuição sociodemográfica do estado nutricional e consumo alimentar nas capitais dos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal entre 2006 e 2023 [Internet]. Brasília: Ministério da Saúde; 2024 [citado em 15 Jun 2025]. Disponível em: <file:///C:/Users/cliente/Downloads/Vigitel%20Brasil%20-%202006%20a%202023%20-%20Estado%20Nutricional.pdf>
4. Martins KPS, Santos VG, Leandro BBS, Oliveira OMA. Transição nutricional no Brasil de 2000 a 2016, com ênfase na desnutrição e obesidade [Internet]. Asklepion [Internet]. 2022 [citado em 15 Jun 2025];1(2):113-132. Disponível em: <https://revistaasklepion.emnuvens.com.br/asklepion/article/view/22/53>
5. Barros DM, Silva AP, Moura DF, Barros MV, Pereira AB, Melo MA, et al. A influência da transição alimentar e nutricional sobre o aumento da prevalência de doenças crônicas não transmissíveis. Braz J Dev [Internet]. 2021 [citado em 23 Set 2024];7(7):74647-74664. doi 10.34117/bjdv7n7-579
6. Sichieri R, Verly Júnior E, Bezerra IN, Variação do consumo alimentar e impacto ambiental e socioeconômico no Brasil. Saúde Amanhã/Fiocruz [Internet]. 2022 [citado em 18 Set 2024];24-27. Disponível em: <https://saudeamanha.fiocruz.br>
7. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018 [Internet]. Rio de Janeiro: IBGE; 2019 [citado em 15 Jun 2025]. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101670.pdf>
8. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pesquisa de orçamentos familiares 2002-2003 [Internet]. Rio de Janeiro: IBGE; 2004 [citado em 15 Jun 2025]. Disponível em: <http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/pof2002.pdf>
9. Coelho C, Coelho AEV. O padrão do consumidor de arroz e feijão no estado de Goiás. In: Ferreira, CM, Barrigossi, JAF, editores. Arroz e feijão: tradição e segurança alimentar. Brasília: Embrapa; 2021. p. 71-80. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/1134408/1/cap4-2021.pdf>
10. Ministério da Saúde (BR), Secretaria de Atenção à Saúde. SISVAN Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional: relatórios de produção [Internet]. Brasília: Ministério da Saúde; c2024 [citado em 17 Set 2024]. Disponível em: <https://sisaps.saude.gov.br/sisvan/relatoriogestao/index>
11. Ministério da Saúde (BR). Portaria PR nº1.357/2006. Define e estrutura as ações de alimentação e nutrição por parte das Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde das capitais com base na Política Nacional de Alimentação e Nutrição e normatiza a utilização do saldo restante dos recursos financeiros referentes ao Incentivo de Combate a Carências Nutricionais (ICCN) nos municípios qualificados [Internet]. Brasília: Ministério da Saúde; 2006 [citado em 27 Set 2024]. Disponível em: http://189.28.128.100/nutricao/docs/legislacao/portaria1357_23_06_06.pdf
12. Ministério da Saúde (BR). Portaria PR nº1.738/2013. Estabelece incentivo de custeio para estruturação e implementação de ações de alimentação e nutrição pelas Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde com base na Política Nacional de Alimentação e Nutrição [Internet]. Brasília: Ministério da Saúde; 2013 [citado 2024 Set 27]. Disponível em:

- https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt1738_19_08_2013.html
13. Ministério da Saúde (BR). Portaria PR nº1.723/2023. Habilita Estados, Distrito Federal e Municípios ao recebimento de incentivo para estruturação e implementação de ações de alimentação e nutrição, com base na Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), referente ao exercício financeiro de 2023 [Internet]. Brasília: Ministério da Saúde; 2023 [citado em 23 Set 2024]. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/ptbr/assuntos/noticias/2023/dezembro/arquivos/portaria-1723-2023.pdf>
 14. Ministério da saúde (BR), Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Guia para a organização da Vigilância Alimentar e Nutricional na Atenção Primária à Saúde [Internet]. Brasília: Ministério da Saúde; 2022 [citado em 23 Set 2024]. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_organizacao_vigilancia_alimentar_nutricional.pdf
 15. Bortolini GA, Oliveira TFF, Silva SA, Santin RDC, Medeiros OL, Spaniol AM, et al. Ações de alimentação e nutrição na Atenção Primária à Saúde no Brasil. *Rev Panam Salud Publica* [Internet]. 2020 [citado em 23 Set 2024];44(39):1-8. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7189826/>
 16. Conselho Nacional de Secretários de Saúde (BR). A gestão administrativa e financeira no SUS [Internet]. Brasília: CONASS; 2011 [citado em 26 Set 2024]. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/para_entender_gestao_us_v.8.pdf
 17. Ministério da Saúde (BR). Portaria PR nº 5.721/2024. Altera as portarias de consolidação GM/MS nº 2 e 6, de 28 de setembro de 2017, para regulamentar o incentivo financeiro para promoção da equidade na organização dos cuidados em alimentação e nutrição na Atenção Primária à Saúde, com base na Política Nacional de Alimentação e Nutrição - PNAN. [Internet]. Brasília: Ministério da Saúde; 2023 [citado em 17 Jun 2025]. Disponível em: <file:///C:/Users/cliente/Downloads/2024-%20Portaria%205.721%20de%2011-11-%202024%20-%20Regulamenta%20o%20incentivo.pdf>
 18. Ministério da saúde (BR), Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Guia para a organização da Vigilância Alimentar e Nutricional na Atenção Primária à Saúde [Internet]. Brasília: Ministério da Saúde; 2023 [citado em 18 Jun 2025]. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_organizacao_vigilancia_alimentar_1edrev.pdf
 19. Presidência da República (BR), Casa Civil, Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos. Lei n. 14.601, de 19 de Junho de 2023. Institui o Programa Bolsa Família. *Diário Oficial da União*. 20 Jun 2023. Brasília: Presidência da República; 2023.
 20. Ministério da Saúde (BR), Secretaria de Atenção Primária à Saúde, Departamento de Promoção da Saúde. Instrutivo Programa Crescer Saudável 2021/2022 [Internet]. Brasília: Ministério da Saúde; 2022 [citado em 26 Set 2024]. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/instrutivo_programa_crescer_saudavel_2021_2022.pdf
 21. Oliveira LF, Gonçalves MR, Machado AD, Carvalho AM. Alimentação e nutrição: interface das políticas públicas do Sistema Único de Saúde (SUS) e de Segurança Alimentar e Nutricional para a Agenda 2030. *Interface* [Internet]. 2025 [citado em 17 Jun 2025];29. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/interface.2400052>
 22. Andrade GC, Levy RB, Leite MA, Rauber F, Claro RM, Coutinho JG, et al. Mudanças nos marcadores da alimentação durante a pandemia do COVID-19 no Brasil. *Rev Saúde Pública* [Internet]. 2023 [citado em 20 Set 2024];57(54). Disponível em: <https://doi.org/10.11606/s1518-8787.2023057004659>
 23. Alpino TM, Santos CR, Barros DC, Freitas CM. COVID-19 e (in) segurança alimentar e nutricional: ações do Governo Federal brasileiro na pandemia frente aos desmontes orçamentários e institucionais. *Cad Saúde Pública* [Internet]. 2020 [citado em 20 Set 2024];36(8) e00161320. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00161320>
 24. Bender JD, Facchini LA, Lapão LM, Tomasi E, Thumé E. O uso de tecnologias de informação e comunicação em saúde na Atenção Primária à Saúde no Brasil, de 2014 a 2018. *Ciênc Saúde Coletiva* [Internet]. 2024 [citado em 30 Set 2024];29(1):1-9. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/RMGftwjzx55kFM4fNNZtgCy#>
 25. Oliveira IV, Santos JM, Almeida FC, Oliveira RN. Educação Permanente em Saúde e o Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica: um estudo transversal e descritivo. *Saúde Debate* [Internet]. 2024 [citado em 10 Out 2024];44(124):47-57. Disponível em: <https://scielosp.org/pdf/sdeb/v44n124/0103-1104-sdeb-44-124-0047.pdf>
 26. Ministério da Saúde (BR), Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Guia alimentar para a população brasileira [Internet]. Brasília: Ministério da Saúde; 2014. [citado em 17 Set 2024]. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf